I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
VII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO
IX SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA
17 a 20 setembro 2025
Políticas Públicas Educacionais no contexto da América Latina: desafios, resistências e perspectivas
Departamento de Educação DEDC-CAMPUS XII Guanambi
UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NUPE Núcleo de Pesquisa e Extensão
PPGEduF Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL E O ADOECIMENTO DO PROFESSOR

Simone Catarine Ladeia Ledo
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
siuledo@hotmail.com
Angélica Ramos Aranha
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
ramosaranhaangelica629@gmail.com
Mariana de Andrade Pinto
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
mariana_apinto@yahoo.com.br
Berta Leni Costa Cardoso
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
bertacostacardoso@yahoo.com.br

EIXO 6: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA, SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PROFISSÃO DOCENTE.

Resumo

Nas últimas décadas, as políticas públicas educacionais do Brasil trouxeram avanços importantes, mas também muitos desafios para os professores. Embora leis como a Constituição de 1988, a LDB, o PNE e a Lei do Piso buscaram garantir melhores condições de trabalho, na prática, ainda enfrenta-se muitos obstáculos políticos e econômicos. Desse modo, este trabalho discute os impactos das políticas públicas educacionais brasileiras, sobre a saúde física e mental dos professores, com ênfase no adoecimento decorrente da precarização do trabalho docente. Realizou-se uma revisão bibliográfica que permitiu resgatar o histórico das reformas educacionais e os efeitos da lógica gerencialista, da sobrecarga laboral, da desvalorização profissional, do adoecimento profissional e das condições institucionais impostas pelas reformas educacionais pós-2000. A pesquisa utiliza bases como Capes, BDTD, onde foram encontrados 47 e 74 estudos relacionados, respectivamente, após refinamento, 15 estudos publicados entre pós-2000 e 2024 foram selecionados e organizados em três categorias temáticas: Políticas Públicas Educacionais, Políticas Públicas Educacionais e Adoecimento Docente e Políticas Públicas Educacionais e Valorização docente. Apesar de alguns programas estaduais e municipais buscarem cuidar do bem-estar desses profissionais, a verdadeira valorização do magistério depende de políticas mais humanas, investimentos consistentes e do reconhecimento do papel essencial que os professores desempenham na construção de uma educação de qualidade e de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Valorização docente; Políticas públicas; Saúde do professor; Educação de qualidade.

1 Introdução

A Constituição Federal de 1988 marcou um avanço significativo na educação brasileira ao definir, no artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, com promoção em colaboração com a sociedade (Brasil, 1988). Garantiu-se a gratuidade do ensino público, a gestão democrática e a universalização do acesso, diretrizes posteriormente regulamentadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que estruturou os níveis e modalidades de ensino e definiu competências da União, Estados e Municípios.

Nas décadas seguintes, políticas como o FUNDEF, substituído pelo FUNDEB, e o Plano Nacional de Educação (PNE) buscaram ampliar o financiamento, reduzir desigualdades e valorizar o magistério. O PNE também fixou metas para a universalização do ensino, a formação continuada dos docentes e a melhoria da qualidade educacional. Apesar dos avanços normativos, entraves políticos, econômicos e estruturais ainda comprometem a efetividade dessas políticas no cotidiano escolar.

Segundo Saviani (2007), a influência do ideário neoliberal inseriu no campo educacional a lógica da eficiência empresarial, deslocando responsabilidades do Estado para os indivíduos e enfraquecendo seu papel na garantia de educação pública de qualidade. Nesse cenário, políticas gerencialistas, mesmo apresentadas como modernizadoras, têm contribuído para a precarização das condições de ensino, responsabilizando professores e alunos pelos problemas estruturais. Assim, este estudo busca refletir os impactos das políticas públicas educacionais brasileiras, sobre a saúde física e mental dos professores, com ênfase no adoecimento decorrente da precarização do trabalho docente.

2 Referencial teórico

2.1 Políticas Públicas Educacionais no Brasil: panorama histórico e legal

A Constituição Federal de 1988 consolidou a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo gratuidade no ensino público e gestão democrática, princípios regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº

9.394/1996). Essa lei organizou os níveis e modalidades de ensino e definiu as responsabilidades entre União, Estados e Municípios. Posteriormente, políticas como o FUNDEF, substituído pelo FUNDEB, e o Plano Nacional de Educação (PNE) buscaram ampliar recursos, reduzir desigualdades e valorizar o magistério, com metas voltadas à universalização do acesso, formação continuada e melhoria da qualidade. Entretanto, obstáculos políticos, econômicos e estruturais ainda limitam a efetivação dessas diretrizes e, conforme Oliveira (2004), a qualidade educacional depende diretamente da valorização docente.

Segundo Saviani (2007), políticas influenciadas pelo ideário neoliberal introduziram no setor educacional a lógica da eficiência empresarial, transferindo responsabilidades do Estado para indivíduos e enfraquecendo o papel estatal na oferta de educação pública de qualidade. Nesse cenário, práticas gerencialistas, apresentadas como soluções de modernização têm contribuído para a precarização das condições de trabalho e de aprendizagem, responsabilizando professores e alunos por problemas estruturais, o que aprofunda desigualdades e compromete o direito à educação.

2.2 Reformas educacionais e impactos no trabalho docente

Desde a década de 1990, a educação brasileira tem sido moldada por políticas de gestão gerencialista que, segundo Silva (2024), introduziram avaliações em larga escala, como o Saeb e o Ideb, vinculando repasses e incentivos ao desempenho medido por provas padronizadas. Embora apresentadas como estratégias de melhoria de indicadores, essas medidas aumentaram a pressão sobre os docentes, responsabilizando-os individualmente pelos resultados sem assegurar condições adequadas de trabalho. A ampliação da carga horária, o cumprimento de metas e a crescente burocratização do trabalho pedagógico, somados à precarização dos vínculos, à desvalorização salarial e à falta de recursos, têm agravado o desgaste físico e emocional da categoria.

Apesar de avanços em acesso e inclusão, muitas políticas públicas educacionais no Brasil continuam desconsiderando as condições reais de trabalho docente. Conforme Oliveira (2004), as reformas recentes, orientadas por princípios de racionalização e eficiência, impõem

múltiplas exigências aos professores, resultando no aumento da carga laboral e na deterioração das condições de exercício da profissão. Esse cenário compromete a saúde e o bem-estar dos educadores, evidenciando que a melhoria da qualidade educacional está intrinsecamente ligada à valorização e ao apoio efetivo ao magistério.

3 Metodologia

Este estudo aborda a temática Políticas Públicas Educacionais do Brasil e o Adoecimento do(a) Professor(a), buscando compreender os impactos das diretrizes governamentais sobre a saúde física e mental docente. A investigação foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica que permitiu identificar e analisar diferentes perspectivas de pesquisadores sobre a relação entre políticas de valorização — ou a ausência delas — e as condições de trabalho na educação básica e superior. O enfoque recai sobre as repercussões dessas políticas na prática pedagógica e na qualidade do ensino, considerando as lacunas ainda existentes na valorização do magistério.

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, contemplando autores como Castro Neta, Cardoso e Nunes (2020), Oliveira (2007) e Saviani (2007). O levantamento de dados foi realizado nas bases Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando as palavras-chave “políticas públicas educacionais” AND “adoecimento docente” e “políticas públicas educacionais” AND “valorização da saúde docente”. O recorte temporal abrange publicações do período pós-2000 até 2024 contemplando o contexto de reformas educacionais iniciadas nos anos 1990, marcadas pela priorização da equidade social e pela reorganização da gestão da educação pública.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 15 trabalhos, entre artigos e dissertações, que tratam diretamente da problemática investigada. As produções foram organizadas em três categorias temáticas: Políticas Públicas Educacionais (Piolli *et al*., 2015; Valente *et al*., 2025); Políticas Públicas Educacionais e Adoecimento Docente (Cardoso, 2020; Freitas *et al*., 2024; Voss, 2021); e Políticas Públicas e Valorização Docente (Lira, 2023; Carvalho *et al*., 2023). Essa categorização possibilitou sistematizar os

achados e estabelecer conexões entre políticas educacionais, precarização laboral e processos de adoecimento, oferecendo um panorama consistente para a análise proposta.

4 Resultados e discussão

A pesquisa revela que, embora o Brasil possua um sólido arcabouço legal para a valorização docente, como a Constituição de 1988, a LDB, o PNE, o Fundeb e o piso salarial, a realidade escolar ainda está distante do previsto, havendo um descompasso entre as normas e as condições reais de trabalho. Castro Neta, Cardoso e Nunes (2020) destacam que, ao longo dos anos de docência, muitos professores apresentam crescente desmotivação, absorção de problemas e até adoecimento.

Na prática, muitos docentes enfrentam jornadas longas, baixos salários e falta de suporte para a saúde física e emocional. Wonsik (2013) relata que, em São Paulo, cerca de 30 mil professores faltam diariamente por distúrbios psíquicos relacionados ao trabalho. Lira (2013) ressalta que, embora existam propostas de valorização docente, sua implementação ainda é insuficiente, resultando em sobrecarga, pressão por resultados e condições de trabalho precárias.

Abreu, Cruz e Soares (2023) apontam que 47% dos professores da educação básica sentem-se impotentes diante das políticas públicas, o que gera mal-estar, perda de autonomia e risco de adoecimento, afetando a qualidade do ensino, exigindo investimentos e valorização docente. Lira (2013) ressalta que as reformas recentes aumentaram as cobranças, causando desvalorização e enfraquecimento da identidade profissional. Já Silva (2024) defende que a avaliação dos resultados considere o contexto escolar e as condições de trabalho, evitando responsabilizar apenas o professor por baixos índices. Assim, Nunes, Cardoso e Souza (2020) afirmam que o modelo de educação instaurado, em que cada vez mais se exige novas regras, de forma impositiva, do docente, tem promovido a precarização da docência e tornando péssima as condições de trabalho do professor, consequentemente, tal contexto reflete na qualidade da educação, sobretudo da educação pública.

5 Considerações finais

As políticas públicas educacionais do Brasil, apesar dos avanços legais e normativos, ainda não têm sido capazes de assegurar condições dignas de trabalho e de saúde para os professores. A precarização do trabalho docente se intensificou nas décadas de 1990 e 2000 devido a reformas nas leis trabalhistas, mudanças na organização do Estado e da produção, e à implementação de políticas neoliberais. A intensificação das exigências, a responsabilização individual e a precarização da profissão, configuram um cenário propício ao adoecimento.

Apesar de programas como o FUNDEB, persistem desafios nas condições de trabalho dos professores, refletidos em estresse, ansiedade e Burnout. Leis e programas isolados são insuficientes; é necessário que as políticas considerem efetivamente a saúde, o bem-estar e a valorização docente, reconhecendo que a qualidade da educação depende da atenção a essas condições.

Isso implica ampliar o financiamento público, democratizar a gestão escolar e reconhecer que a qualidade da educação está intrinsecamente ligada ao bem-estar e à motivação dos profissionais que a constroem cotidianamente. Somente com políticas públicas integradas, participativas e centradas na dignidade do trabalho docente será possível enfrentar o adoecimento e garantir o direito à educação de qualidade previsto na Constituição Federal.

Referências

ABREU, Roberta Melo de Andrade; CRUZ, Lorames Bispo dos Santos.; SOARES, Emanuel Lima Silva. Políticas públicas em educação e o mal-estar docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

CASTRO NETA, Abília Ana de; CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Claúdio Pinto. O Adoecimento docente: um produto do capitalismo. **Linguagens Educação Sociedade**. Teresina, Ano 25, n. 46, set./dez. 2020.

LIRA, Ildo Savino. A desvalorização do trabalhador docente brasileiro: o que dizem os documentos oficiais? **Revista Profissão Docente On- Line**. Uberaba, v. 13, n.29, p. 63-72, Jul.-Dez, 2013.

NUNES, Cláudio Pinto; CARDOSO, Berta Leni Costa; SOUZA, Erivan Coqueiro. **Condições de trabalho e saúde do professor**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020.

OLIVEIRA, Dalilla Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 99, p. 355-375, maio/ago. 2007

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, p. 58. 2007.

SILVA, Graciele Alves. **O sistema de avaliação da educação básica (saeb) e seus efeitos no trabalho docente nos anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual de educação de Uberlândia/MG**. 2024. Dissertação. (Mestre em Educação) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024

WONSIK, Ester Cristiane. **A valorização e a precarização do trabalho docente: um estudo de políticas públicas a partir de 1990**.2013. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2013.